

**IPT****INSTITUTO DE PESQUISAS  
TECNOLÓGICAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM AOS ACIONISTAS**

No sentido de modernizar o IPT, teve início o processo de Revitalização do Instituto que se somou ao movimento em curso, que já buscava uma mudança de foco desde 2005. Para apoiar esse processo empresários representativos do parque industrial nacional foram convidados para trazer experiências e conhecimentos sobre estratégia, gestão e visão de negócios. As respectivas empresas deram suporte técnico além de patrocinarem a contratação de consultorias para auxiliar nos trabalhos de revitalização.

Em 2006, continuando os processos de aprimoramento da gestão, foram conduzidas iniciativas de grande porte:

(i) adequação do modelo de governança, com ênfase nas melhores práticas, através de alterações no Estatuto Social do IPT. As principais modificações apresentadas no novo Estatuto foram: a criação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e a reestruturação da Diretoria. O Conselho de Administração tornou-se o órgão de deliberação colegiada, estando entre suas funções a escolha do Diretor Presidente do IPT e a eleição e destituição dos diretores da Sociedade, fixando suas atribuições e sendo assessorado pelo Comitê de Auditoria. A Diretoria do IPT, até a reforma do Estatuto era eleita em Assembleia Geral.

(ii) um processo de mudança planejada, no qual as áreas técnicas foram orientadas para elaboração da proposta de plano de negócios cuja aprovação pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Orientação conduziu a uma nova estratégia negocial, será implementada em 2007. Para isso, as 97 linhas de atuação e produtos presentes nos diversos Centros no início de 2006 foram reduzidas a 54 em dezembro do mesmo ano. Da análise do desempenho de setores industriais e do portfólio de negócios resultou a seleção de segmentos estratégicos de atuação para o Instituto. São eles: Petróleo e Gás, Transportes, Materiais e Química e Infra-estrutura. Ao longo do ano foram realizados projetos relevantes podendo ser citados os "Projetos de navios de

grande porte: implantação do centro multi-usuário para a FINEP/PETROBRAS, projeto "Análise estrutural de 1.500 obras de arte para tráfego de veículos", para o DER e o projeto de "Geoprocessamento de edifícios públicos", realizado para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

(iii) seguindo a política interna de atualizar e ampliar sua capacidade laboratorial para melhor atender às necessidades do Estado e do País, o Instituto adquiriu, em 2006 equipamentos no valor de R\$2.481.700,00, mediante projetos contratados pela FINEP com recursos de fundos setoriais. O IPT realizou, em 2006, grande esforço para captação de recursos de fomento para aplicação em 2007 e 2008, conseguindo aumentar em cerca de 10 vezes o volume obtido na venda de projetos envolvendo tais recursos quando comparado com 2006.

(iv) foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração o Orçamento Gerencial para o exercício de 2007, seguindo os preceitos recomendados pelo mesmo no sentido de envolver todos os responsáveis pelas unidades técnicas e de apoio, com o objetivo de planejar a maximização do resultado da empresa.

Todas estas iniciativas foram imprescindíveis para a melhoria da organização do Instituto, para manter sua vitalidade no curto prazo e permitir a implementação do planejamento estratégico de longo prazo.

As medidas adotadas ao longo do ano resultaram no aumento da Receita Bruta, com prestação de serviços e venda de produtos, de R\$61.656.000,00 em 2005 para R\$67.625.000,00 em 2006, correspondendo a um aumento de 9,68%. Quanto à subvenção econômica (aporte de recursos do Tesouro), foi possível uma sensível redução no período, passando de R\$55.578.000,00 em 2005, para R\$47.749.000,00 em 2006, correspondendo a 16,4%.

São Paulo, março de 2007

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**  
(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO                                     | 2006           | 2005           | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                                       | 2006           | 2005           |
|---|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                         |                |                | <b>CIRCULANTE</b>  |                |                |
| Disponibilidades                          | 201            | 492            | Fornecedores   | 6.508          | 4.109          |
| Aplicações financeiras (Nota 4)           | 5.504          | 5.436          | Salários a pagar e encargos sociais                                | 3.696          | 3.871          |
| Créditos vinculados (Nota 5)              | 5.982          | 7.690          | Obrigações tributárias (Nota 9)                                    | 13.060         | 10.279         |
| Contas a receber (Nota 6)                 | 6.332          | 5.027          | Provisão para imposto de renda e contribuição social (Nota 13)     | 577            | -              |
| Adiantamentos a colaboradores e terceiros | 3.538          | 1.978          | Parcelamento de contribuições previdenciárias (Nota 10)            | 1.231          | 1.157          |
| Impostos a recuperar (Nota 7)             | 5.191          | 4.900          | Adiantamentos de clientes (Nota 11)                                | 8.836          | 13.310         |
| Fundo IPT-Saúde (Nota 18)                 | 49             | 190            | Provisão de férias e licença prêmio                                | 6.709          | 6.553          |
| Outros créditos                           | 471            | 552            | Provisões diversas   | 2.570          | 2.177          |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>          | <b>27.268</b>  | <b>26.165</b>  | Outras contas a pagar  | 452            | 1.846          |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                     |                |                | <b>Total do Passivo Circulante</b>                                 | <b>43.639</b>  | <b>43.302</b>  |
| <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>           |                |                | <b>NÃO CIRCULANTE</b>  |                |                |
| Contas a receber (Nota 6)                 | 138            | 571            | Parcelamento de contribuições previdenciárias (Nota 10)            | 12.921         | 13.310         |
| Depósitos judiciais (Nota 12)             | 330            | 346            | Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 12) | 23.647         | 8.387          |
| Outros créditos                           | 269            | 279            | <b>Total do Passivo não Circulante</b>                             | <b>36.568</b>  | <b>21.697</b>  |
| <b>PERMANENTE</b>                         |                |                | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |                |                |
| Investimentos                             | -              | 46             | Capital social (Nota 14)   | 134.743        | 134.743        |
| Imobilizado (Nota 8)                      | 80.928         | 86.069         | Reservas de capital (Nota 15)                                      | 5.814          | 5.111          |
| <b>Total do Ativo não Circulante</b>      | <b>81.665</b>  | <b>87.311</b>  | Prejuízos acumulados   | (111.831)      | (91.377)       |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                     | <b>108.933</b> | <b>113.476</b> | <b>Total do Patrimônio Líquido</b>                                 | <b>28.726</b>  | <b>48.477</b>  |
|   |                |                | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                       | <b>108.933</b> | <b>113.476</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o (prejuízo) lucro líquido do exercício por ação)

|  | 2006            | 2005           |
|--|-----------------|----------------|
| <b>RECEITA BRUTA</b>   |                 |                |
| Prestação de serviços e venda de produtos                        | 67.625          | 61.656         |
| Subvenção econômica (Nota 20)                                    | 47.749          | 55.578         |
| <b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>                                 | <b>115.374</b>  | <b>117.234</b> |
| Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados            | (7.614)         | (6.857)        |
| Devoluções e abatimentos   | (20)            | (58)           |
| <b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>                               | <b>107.740</b>  | <b>110.319</b> |
| Custo dos serviços prestados e produtos vendidos                 | (86.280)        | (82.490)       |
| <b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>              | <b>21.460</b>   | <b>27.829</b>  |
| Administrativas e gerais   | (11.852)        | (11.262)       |
| Serviços de terceiros  | (3.852)         | (3.816)        |
| Depreciações e amortizações                                      | (600)           | (525)          |
| Outras despesas operacionais, líquidas                           | (7.506)         | (7.589)        |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>                                     | <b>(6.011)</b>  | <b>1.176</b>   |
| <b>ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>                             | <b>(2.350)</b>  | <b>4.637</b>   |
| Receitas financeiras   | 569             | 278            |
| Despesas financeiras   | (4.230)         | (3.739)        |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>                                     | <b>(6.011)</b>  | <b>1.176</b>   |
| Resultado não operacional, líquido                               | 208             | 264            |
| <b>(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IR E DA CS</b>                      | <b>(5.803)</b>  | <b>1.440</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)                 | (577)           | (584)          |
| <b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                     | <b>(6.380)</b>  | <b>856</b>     |
| <b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R\$ (*)</b> | <b>(0,0004)</b> | <b>0,0001</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS  
E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**  
(Em milhares de reais - R\$)

|  | 2006         | 2005         |
|--|--------------|--------------|
| <b>ORIGENS DE RECURSOS</b>                                       |              |              |
| <b>Das Operações:</b>  |              |              |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício                            | (6.380)      | 856          |
| Ajustes de exercícios anteriores                                 | (14.074)     | -            |
| Itens que não afetam o capital circulante:                       |              |              |
| Depreciações e amortizações                                      | 3.411        | 3.369        |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas         | 12.893       | -            |
| Juros no parcelamento de contribuições previdenciárias           | 843          | 1.135        |
| Provisão para devedores duvidosos                                | 386          | -            |
| Valor residual na baixa de imobilizado e investimento            | 3.690        | 9            |
|  | 769          | 5.369        |
| <b>De Terceiros:</b>   |              |              |
| Recebimento de doações   | 703          | 1.302        |
| Aumento do passivo não circulante                                | -            | 674          |
| Diminuição do ativo não circulante                               | 57           | 767          |
| <b>Total das Origens</b>   | <b>1.529</b> | <b>8.112</b> |
| <b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>                                    |              |              |
| Adições de imobilizado   | 1.867        | 3.030        |
| Aumento do ativo não circulante (realizável a longo prazo)       | -            | 1.082        |
| Transferência do passivo não circulante para o circulante        | 1.231        | 1.157        |
| Depósitos judiciais  | (2.335)      | 14           |
| <b>Total das Aplicações</b>                                      | <b>763</b>   | <b>5.283</b> |
| <b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>                     | <b>766</b>   | <b>2.829</b> |
| <b>VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADAS POR</b> |              |              |
| Aumento no ativo circulante                                      | 1.103        | 5.027        |
| Aumento no passivo circulante                                    | 337          | 2.198        |
| <b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>                     | <b>766</b>   | <b>2.829</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. ("IPT") tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico, (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria, (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução de problemas de tecnologia industrial do Estado e do País, (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo e por outras instituições de ensino superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia, (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, (f) prestar serviços a órgãos e entidades dos setores público e privado, (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas, (h) requerer o registro de patentes, (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos, e (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo.

O IPT possui Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, cuja descrição está apresentada na nota explicativa nº 17.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 27 - "Apresentação e Divulgações", emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil em 03 de outubro de 2005 e aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e (ii) NPC nº 22 - "Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas", emitida pelo IBRACON, em 03 de outubro de 2005. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las aos normativos mencionados e permitir aos usuários a comparação com o exercício de 2006. As principais alterações resultantes da aplicação desses normativos foram as seguintes:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo.
- Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutores da conta "Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas", nas situações em que seja aplicável. Algumas nomenclaturas e agrupamentos de contas, nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos, foram alterados em relação ao ano anterior, para melhor classificação e apresentação.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****a) Resultado das Operações**

Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

**b) Aplicações Financeiras e Créditos Vinculados**

Registrados pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

**d) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil econômica dos bens.

**e) Parcelamento de Contribuições Previdenciárias**

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrado na nota explicativa nº 10.

**f) Passivos Circulante e não Circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

**g) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas**

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do IPT. Para fins de demonstração estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

**h) Imposto de Renda e Contribuição Social**

São constituídos com base em alíquotas e lucros tributáveis, ajustados conforme legislação específica. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados considerando as diferenças temporárias.

**i) Receitas e Despesas Financeiras**

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e parcelamento.

**j) Lucro (Prejuízo) por Ação**

Calculado com base na quantidade de ações nas datas de encerramento dos balanços.

**k) Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração do IPT, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos, a divulgação de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e o registro das receitas e despesas dos exercícios. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

**4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

|  | 2006         | 2005         |
|--|--------------|--------------|
| Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM | 324          | 2.440        |
| Fundos de investimento em renda fixa                                   | 5.180        | 2.996        |
|  | <b>5.504</b> | <b>5.436</b> |

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 98% da taxa SELIC em 31 de dezembro de 2006.

continua →

continuação

**IPT****INSTITUTO DE PESQUISAS  
TECNOLÓGICAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**5. CRÉDITOS VINCULADOS**

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDBs nos montantes de R\$158 e R\$5.824, respectivamente (R\$1.238 e R\$6.452, respectivamente em 2005). Esses recursos são disponibilizados por agências de fomento para financiamento de projetos específicos.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$520 em 2006 (R\$470 em 2005) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Adiantamentos de clientes", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

**6. CONTAS A RECEBER**

|   | 2006         | 2005         |
|---|--------------|--------------|
| Contas a receber                              | 8.500        | 6.980        |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (2.030)      | (1.382)      |
|   | <b>6.470</b> | <b>5.598</b> |
| Contas a receber a longo prazo                | 138          | 571          |
| Contas a receber a curto prazo                | 6.332        | 5.027        |
|   | <b>6.470</b> | <b>5.598</b> |

**7. IMPOSTOS A RECUPERAR**

|  | 2006         | 2005         |
|--|--------------|--------------|
| COFINS a compensar                                   | 2.661        | 2.709        |
| PASEP a compensar                                    | 331          | 426          |
| Contribuição social a compensar                      | 1.081        | 708          |
| Imposto de renda a compensar                         | 797          | 630          |
| Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras | 121          | 30           |
| IRRF a compensar                                     | 200          | 297          |
|  | <b>5.191</b> | <b>4.800</b> |

**8. IMOBILIZADO**

|                             | Taxa anual de Depreciação - % | Custo Corrigido | 2006                  |               | 2005                  |               |
|-----------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|                             |                               |                 | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Depreciação Acumulada | Valor Líquido |
| Terrenos                    | -                             | 37.283          | -                     | 37.283        | 37.283                | 37.283        |
| Edifícios e benfeitorias    | 2                             | 49.922          | (19.198)              | 30.724        | 31.658                | 31.658        |
| Máquinas e equipamentos     | 10                            | 45.988          | (38.274)              | 7.714         | 8.198                 | 8.198         |
| Instalações                 | 10                            | 6.990           | (5.659)               | 1.331         | 1.521                 | 1.521         |
| Equipamentos de informática | 20                            | 9.358           | (7.932)               | 1.426         | 1.546                 | 1.546         |
| Instrumentos diversos       | 10                            | 1.006           | (970)                 | 36            | 41                    | 41            |
| Veículos                    | 20                            | 1.425           | (1.140)               | 285           | 385                   | 385           |
| Móveis e utensílios         | 10                            | 2.395           | (2.202)               | 193           | 173                   | 173           |
| Outros                      | 0-10                          | 732             | (437)                 | 295           | 3.742                 | 3.742         |
| Imobilizações em andamento  | -                             | 1.641           | -                     | 1.641         | 1.522                 | 1.522         |
|                             |                               | <b>156.740</b>  | <b>(75.812)</b>       | <b>80.928</b> | <b>86.069</b>         | <b>86.069</b> |

A Lei Estadual nº 5.504, de 14 de janeiro de 1960, autorizou a Fazenda do Estado a alienar o imóvel, por doação, ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas na época, uma entidade autárquica da administração centralizada. Essa doação foi efetivada na escritura lavrada em cartório em 1º de agosto de 1960.

O Decreto Estadual nº 8.576 de 16 de setembro de 1976, extinguiu o IPT como autarquia, originando a Sociedade por Ações. Por conta disso, o terreno e os edifícios foram concedidos na integralização do capital social pela Fazenda do Estado de São Paulo na constituição do IPT como Sociedade por Ações. No entanto, os trâmites legais para a regularização da propriedade dos bens perante o Registro de Imóveis serão oportunamente providenciados pela Administração. O terreno e edifícios estão registrados pelo valor residual de R\$68.007 em 31 de dezembro de 2006 (R\$68.941 em 2005).

As imobilizações em andamento referem-se basicamente a máquinas e equipamentos adquiridos no período de 1994 a 1998 para projetos de fomento.

**9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

|                                 | 2006          | 2005          |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| ISS em atraso                   | 10.940        | 9.552         |
| PASEP e COFINS                  | 424           | -             |
| IRRF - terceiros e funcionários | 1.656         | 332           |
| COFINS - retenção               | 14            | 300           |
| PASEP - retenção                | 9             | 55            |
| Outras                          | 17            | 40            |
|                                 | <b>13.060</b> | <b>10.279</b> |

**10. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

Em agosto de 2003, a Administração decidiu aderir ao Programa de Parcelamento Especial de Tributos - PAES oferecido pelo Governo Federal para parcelamento de contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no montante de R\$13.965 a ser pago em 180 parcelas mensais atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com término previsto para agosto de 2018.

**11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

|  | 2006         | 2005          |
|--|--------------|---------------|
| Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP                         | 5.897        | 6.069         |
| Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - CNPq | 266          | 260           |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A.                                   | 233          | 391           |
| Secretaria da Ciência Econômica do Estado de São Paulo             | 256          | 3.156         |
| Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT    | 16           | 1.384         |
| Coinbra Frutesp Ltda.  | 5            | 433           |
| Outros   | 2.163        | 1.617         |
|  | <b>8.836</b> | <b>13.310</b> |

Os adiantamentos efetuados pelas agências de fomento FINEP e CNPq representam as obrigações do IPT perante os créditos vinculados disponibilizados para execução de projetos específicos classificados na rubrica "Créditos vinculados".

**12. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir perdas prováveis.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

|              | 2006          | 2005         |
|--------------|---------------|--------------|
| Tributários  | 20.820        | 5.696        |
| Cíveis       | 175           | 379          |
| Trabalhistas | 2.652         | 2.312        |
|              | <b>23.647</b> | <b>8.387</b> |

**Riscos Tributários**

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

|                            | 2006          | 2005         |
|----------------------------|---------------|--------------|
| ISS - auto de infração (a) | 5.669         | -            |
| IPTU - execução fiscal (b) | 4.537         | 4.305        |
| ISS - execução fiscal (c)  | 1.902         | 1.391        |
| Outros (d)                 | 8.712         | -            |
|                            | <b>20.820</b> | <b>5.696</b> |

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo em 27 de dezembro de 2006, decorrentes da ausência de recolhimento do Imposto Sobre Serviço - ISS sobre notas fiscais não emitidas, da ausência de recolhimento em prazo regular e do recolhimento a menor do imposto abrangendo o período de abril de 2000 a abril de 2005 no montante de R\$14.117, sendo R\$5.669 contabilizados como provisão para contingências e R\$8.448 contabilizados como obrigações tributárias. O IPT, através de seus assessores jurídicos, protocolizou impugnação aos autos.

(b) Refere-se à execução fiscal através da qual se pretende cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente aos exercícios de 1994 a 2003. O IPT aguarda a citação do processo.

(c) Refere-se à execução fiscal através da qual se pretende cobrar o ISS referente aos exercícios de 1992, 1994 e 1995. O IPT aguarda a citação do processo.

(d) Referem-se a riscos tributários para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

**Riscos Cíveis**

O IPT, em 31 de dezembro de 2006, é parte em 14 ações cíveis, no âmbito da justiça cível, movidas por prestadores de serviços e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

**Riscos Trabalhistas**

O IPT, em 31 de dezembro de 2006, é parte em 107 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (91 em 2005), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e complementos de dissídio.

**Depósitos Judiciais**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos do IPT, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para risco constituída, em 31 de dezembro de 2006, totaliza R\$330 (R\$346 em 2005) e está classificado na rubrica "Depósitos Judiciais" no ativo não circulante.

**Contingências Passivas**

O IPT, em 31 de dezembro de 2006, possui ações de natureza cível e trabalhista nos montantes de R\$3.535 e R\$1.050, respectivamente, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. De acordo com a legislação fiscal vigente, os livros fiscais do IPT estão sujeitos à revisão pelas Autoridades Fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência a tributos e impostos federais, estaduais e municipais. Em 31 de dezembro de 2006, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Conseqüentemente, o IPT não tem registrada provisão para contingências para os riscos não acessados.

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada e registrada com base no lucro real de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de um adicional de 10% sobre o montante anual que exceder R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% do lucro real.

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas aos resultados dos exercícios são como segue:

|   | 2006       | 2005       |
|---|------------|------------|
| (Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | (5.803)    | 1.440      |
| Alíquota conforme a legislação fiscal vigente                       | 34%        | 34%        |
|   | (1.973)    | 489        |
| Diferenças temporárias:   |            |            |
| Compensação de prejuízo fiscal e base negativa                      | (254)      | (261)      |
| Provisões   | 2.391      | 287        |
| Outras  | (4)        | (23)       |
| Diferenças permanentes:   |            |            |
| Multas  | 325        | -          |
| Outras  | 92         | 92         |
| Imposto de renda e contribuição social                              | <b>577</b> | <b>584</b> |

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita a sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devem ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2006, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$63.621 e R\$10.392, respectivamente (R\$64.368 e R\$11.139, respectivamente em 2005). O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

**14. CAPITAL SOCIAL**

O capital social é composto de 13.474.276.451 ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$0,01 cada uma, constituídas como segue:

|                                | Quantidade de ações   | Participação - % |
|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| Fazenda do Estado de São Paulo | 13.474.183.519        | 100              |
| Outros                         | 92.932                | -                |
| <b>Total</b>                   | <b>13.474.276.451</b> | <b>100</b>       |

**15. RESERVA DE CAPITAL**

Representado por doações de bens e recursos a serem utilizados no cumprimento dos objetivos sociais do IPT. As doações recebidas no exercício totalizaram R\$703 (R\$1.302 em 2005).

**16. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Os ajustes de exercícios anteriores estão assim compostos:

|   |               |
|---|---------------|
| ISS - autos de infração                   | 4.680         |
| Provisão para riscos tributários          | 5.868         |
| Baixa de ativo imobilizado não realizável | 3.480         |
| Baixa de investimento não realizável      | 46            |
|   | <b>14.074</b> |

Em decorrência dos autos de infração lavrados e com base na opinião de seus assessores jurídicos no exercício, o IPT decidiu por registrar riscos tributários de competência de anos anteriores nas demonstrações financeiras.

**17. TERMO DE COOPERAÇÃO**

Em 20 de dezembro de 2004, o IPT firmou Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT pelo período de cinco anos, podendo ser prorrogado mediante termo de aditivo.

O Termo tem por objetivo o planejamento e a execução, por parte da FIPT e o IPT, de programas de cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, cursos de pós-graduação, cursos de extensão e capacitação técnica, programas de estágio, treinamento e outras atividades relacionadas com suas respectivas áreas de competência e especialização.

Na execução dos planos de trabalho criados sob este Termo de Cooperação, a FIPT será a gestora de todos os recursos que remunerem o objeto do projeto e o IPT permanecerá na condição de executor. Encerrado o projeto, o eventual saldo financeiro apresentado pela FIPT será destinado ao apoio e ao fomento de atividades científicas e tecnológicas de interesse comum do IPT e da FIPT, respeitadas as missões institucionais de cada organização.

Por conta do Termo de Cooperação foram registrados no exercício receitas de prestação de serviços no montante de R\$4.692 (R\$2.912 em 2005).

**18. PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR**

Em maio de 2003, o IPT instituiu o plano de assistência médica e hospitalar em regime de autogestão e contratação coletiva, por adesão espontânea de colaboradores e estagiários.

Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela do IPT equivale a 70% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas etárias do grupo familiar, padrão de atendimento escolhido e número de dependentes, limitados a 20% dos vencimentos nominais do mês em referência. O plano está sendo administrado pelo IPT nos termos da Lei Federal nº 9.656/98, e as contribuições realizadas pelo IPT no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 totalizaram R\$1.987 (R\$1.556 em 2005).

Os valores arrecadados, provenientes das contribuições mensais, são depositados em conta corrente única, denominada Fundo IPT-Saúde. Em 31 de dezembro de 2006, os valores arrecadados atualizados montam a R\$49 (R\$190 em 2005). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2006, o IPT concedeu R\$450 a título de adiantamento para cobrir os compromissos financeiros assumidos pelo plano até aquela data.

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 com valores próximos aos praticados pelo mercado. O IPT não atua com derivativos financeiros nem com nenhum outro ativo financeiro de risco.

**20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O IPT obteve o montante de R\$48.210, aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, como Dotação Orçamentária para o exercício de 2007 (R\$43.600 para o exercício de 2006), conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 12.549 de 2 de março de 2007.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao Conselho de Administração e Diretoria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP

1. Fomos contratados para examinar o balanço patrimonial do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. ("IPT"), levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Conforme consta da nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, o IPT tem registrado no ativo impostos a recuperar decorrentes das retenções no recebimento das faturas de clientes no montante de R\$5.191 mil em 31 de dezembro de 2006. Adicionalmente, compensou créditos fiscais com impostos a pagar no montante de R\$2.280 mil. Devido à falta de documentação-suporte e conciliação de referidos créditos com os respectivos registros e livros fiscais, não estamos em condições de completar os procedimentos julgados necessários para concluir sobre os impostos a recuperar e créditos compensados no montante de R\$7.471 mil naquela data.

3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, os trâmites legais para a regularização da propriedade do terreno e dos edifícios perante o Registro de Imóveis ainda não foram providenciados pela Administração. Devido à falta de desfecho em relação à definição sobre a propriedade desses ativos, não nos foi possível concluir sobre o valor residual do terreno e dos edifícios, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2006 soma R\$68.007 mil, nem sobre a depreciação reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$715 mil e sobre os possíveis impactos fiscais referentes à depreciação acumulada reconhecida nos resultados dos exercícios anteriores.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações

financeiras, o IPT possui plano de assistência médica e hospitalar sob regime de autogestão. Entretanto, não possui cálculo atuarial atualizado que permita a adequada contabilização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar os efeitos que resultariam da adoção de procedimentos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para registro das transações do plano.

5. O IPT vem registrando as receitas de prestação de serviços quando da emissão da nota fiscal e/ou nota de débito, independentemente dos serviços executados. Adicionalmente, o IPT não possui um adequado controle interno que permita a alocação dos custos de mão-de-obra e serviços de terceiros em contrapartida à receita. Portanto, não nos foi possível concluir com relação à adequação do reconhecimento da receita, nem sobre a alocação dos custos dos serviços prestados de acordo com o princípio contábil de competência do exercício.

6. O IPT não possui análise para contas de ativo, que totalizam R\$2.515 mil, incluídas nas rubricas "Adiantamentos a colaboradores e terceiros" e "Outros créditos", e para contas de passivo no total de R\$4.650 mil, incluídas nas rubricas "Adiantamentos de clientes", "Provisões diversas", "Salários a pagar e encargos sociais" e "Obrigações tributárias". Não estamos em condições de completar os procedimentos julgados necessários para concluir sobre os valores registrados desses ativos e passivos.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, o IPT firmou o Termo de Cooperação com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT ("FIPT") para a realização de cursos e prestação de serviços (projetos) com clientes públicos e privados. A FIPT é a gestora de todos os recursos gerados nos projetos e cursos e o IPT permanece na condição de executor, sendo reembolsado pelos custos orçados. Adicionalmente, o IPT não possui adequado controle interno sobre os serviços que estão sendo alocados

aos serviços prestados (projetos) e aqueles montantes chamados de reembolso. Como conseqüência, as demonstrações financeiras do IPT podem não refletir necessariamente a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações que seriam obtidos caso o IPT não tivesse operado projetos e cursos em parceria com a FIPT no exercício.

8. Conforme consta da nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2006 há saldo de imobilizado em andamento no montante de R\$1.451 mil referente a máquinas e equipamentos adquiridos para projetos de fomento no período de 1994 a 1998, que já se encontram em uso desde aquelas datas, e suas respectivas depreciações acumuladas deveriam ter sido reconhecidas nos resultados dos respectivos exercícios.

Conseqüentemente, o ativo imobilizado está superavaliado e os prejuízos acumulados estão subavaliados no montante de R\$1.451 mil em 31 de dezembro de 2006.

9. Devido à relevância dos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores, a extensão do nosso exame não foi suficiente para possibilitar expressar, e por isso não expressamos, opinião sobre as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2006, referidas no parágrafo 1.

10. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 17 de março de 2006.

São Paulo, 09 de março de 2007

Deloitte Touche Tohmatsu

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador - CRC nº 1 SP 138635/O-2

**Deloitte.**

continua



# INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2006, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e legislação tributária em vigor. Fundamentados nesse

exame e na análise dos balancetes mensais, bem como no Parecer dos Auditores Independentes, que acompanha o presente, entendem que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial econômico-financeira do Instituto, com as ressalvas apontadas no referido parecer e, notadamente, com sua conclusão apresentada no item 9: "Devido à relevância dos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores, a extensão do nosso exame não foi suficiente para possibilitar expressar, e por isso não expressamos, opinião sobre as demonstrações

financeiras do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT em 31 de dezembro de 2006, referidas no parágrafo 1º"; estando em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2007

**José Luiz Lima**  
**Roberto de Francisco**  
**Luiz Carlos Kal lamondi Machado**

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ALBERTO GOLDMAN**  
Presidente

**CARLOS AMÉRICO PACHECO**  
Vice-Presidente

#### MEMBROS

**SÉRGIO TIEZZI**  
**JOSÉ ROBERTO MELHEM**

**CARLOS HENRIQUE FLORY**  
**LAURO MALHEIROS NETO**

**RONALDO BIANCHI**  
**VAHAN AGOPYAN**

### DIRETORIA

**VAHAN AGOPYAN** - Diretor Presidente

**MARCOS TADEU PEREIRA**  
Diretor de Operações e Negócios

**ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA**  
Diretor Financeiro

**OSWALDO POFFO FERREIRA**  
Diretor de Organização e Processos

**JOÃO MODESTO COPOLA** - Contador CRC 1 SP 186701/O-9



Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Secretaria de Desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TRABALHANDO POR VOCÊ

## Instituto de Especialidades Pediátricas de São Paulo S/A

CNPJ 66.750.613/0001-54

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Srs. Acionistas:** Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, apresentamos aqui, para exame e deliberação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006. Comunicamos outrossim, permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 19 de Abril de 2007.

| Balanço Patrimonial 31/12/2006 - Em Reais |                      |                      |   | Demonstração de Resultados 31/12/2006 - Em Reais |                       |   |                        |                        |
|---|----------------------|----------------------|---|--|-----------------------|---|------------------------|------------------------|
|   | 31/12/2006           | 31/12/2005           |   | 31/12/2006                                       | 31/12/2005            |   | 31/12/2006             | 31/12/2005             |
| <b>ATIVO</b>                              |                      |                      | <b>PASSIVO</b>  |  |                       | <b>Receita Bruta</b>  | 27.133.940,88          | 27.390.513,61          |
| Circulante                                | 7.881.086,66         | 7.167.197,96         | Circulante  | 2.985.037,66                                     | 2.425.766,17          | Convênios   | 26.328.843,75          | 26.770.125,05          |
| Disponível                                | 451.990,89           | 266.537,19           | Fornecedores  | 592.778,92                                       | 558.814,29            | Particulares  | 805.097,13             | 620.388,56             |
| Caixa                                     | 10.500,00            | 139.920,87           | Honorários Médicos a Reembolsar                                   | 671.574,46                                       | 514.239,89            | <b>Custos</b>   | <b>(5.266.886,80)</b>  | <b>(5.515.816,18)</b>  |
| Bancos                                    | 441.490,89           | 126.616,32           | Folhas a Pagar  | 91.046,78  | 122.022,42            | (-) Honorários Médicos  | (4.405.405,51)         | (4.590.916,55)         |
| <b>Contas a Receber</b>                   | <b>6.843.981,10</b>  | <b>6.350.988,27</b>  | Provisões s/Folha   | 271.173,24                                       | 233.152,60            | (-) Impostos sobre Receita  | (861.481,29)           | (924.899,63)           |
| Cientes                                   | 6.843.981,10         | 6.350.988,27         | Impostos, Taxas, Contrib. a Recolher                              | 1.193.919,22                                     | 940.082,34            | <b>Receita Líquida</b>  | <b>21.867.054,08</b>   | <b>21.874.697,43</b>   |
| <b>Estoques</b>                           | <b>259.659,29</b>    | <b>401.025,96</b>    | Outras Contas a Pagar   | 164.545,04                                       | 57.454,63             | <b>Custos</b>   | <b>(11.448.751,22)</b> | <b>(11.290.366,68)</b> |
| Almoxarifado                              | 259.659,29           | 401.025,96           | <b>Exigível a Longo Prazo</b>                                     | <b>4.425.891,70</b>                              | <b>3.701.937,82</b>   | (-) Pessoal, Serviços Próprios                                      | (3.888.088,61)         | (3.413.147,22)         |
| <b>Impostos a Recuperar</b>               | <b>208.667,98</b>    | <b>148.646,54</b>    | C/C Pessoas e Empresas Ligadas                                    | 795.677,13                                       | 1.828.681,85          | (-) Material de Consumo   | (4.331.913,25)         | (4.930.879,19)         |
| Impostos e Contribuições Retidas          | 208.667,98           | 148.646,54           | Impostos, Taxas, Contr.a Recolher                                 | 2.408.430,53                                     | 1.864.550,38          | (-) Despesas de Serv. Contratados                                   | (3.228.749,36)         | (2.946.340,27)         |
| <b>Adiantamentos</b>                      | <b>116.787,40</b>    | -                    | Adiantamento p/ aumento de capital                                | 1.221.784,04                                     | 8.705,59              | <b>Lucro Bruto</b>  | <b>10.418.302,86</b>   | <b>10.584.330,75</b>   |
| Adiantamento a Fornecedores               | 116.787,40           | -                    | <b>Patrimônio Líquido</b>   | <b>10.920.265,34</b>                             | <b>12.061.702,41</b>  | <b>Despesas Operacionais</b>  | <b>(10.368.995,62)</b> | <b>(9.546.177,74)</b>  |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>           | <b>26.691,79</b>     | <b>20.456,63</b>     | Capital   | 14.000.000,00                                    | 14.000.000,00         | (-) Administrativas   | (9.985.703,07)         | (9.130.656,96)         |
| Títulos de Capitalização                  | 21.684,79            | 20.456,63            | Capital Social  | 14.000.000,00                                    | 14.000.000,00         | (-) Impostos Diversos   | (383.292,55)           | (415.520,78)           |
| Depósitos Judiciais                       | 5.007,00             | -                    | <b>Reservas</b>   | <b>21.253,69</b>                                 | <b>21.253,69</b>      | <b>Receitas e Despesas Financeiras</b>                              | <b>(1.190.744,31)</b>  | <b>(907.873,86)</b>    |
| <b>Permanente</b>                         | <b>10.423.416,25</b> | <b>11.001.751,81</b> | Reserva Legal   | 21.253,69  | 21.253,69             | (+) Receitas Financeiras  | 74.180,04              | 208.766,03             |
| Investimentos                             | 2.494.196,62         | 2.499.022,60         | <b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>                                | <b>(3.100.988,35)</b>                            | <b>(1.959.551,28)</b> | (-) Despesas Financeiras  | (1.264.924,35)         | (1.116.639,89)         |
| Fundo Imobiliário                         | 2.478.196,62         | 2.478.196,62         | Lucros Exercícios Anteriores                                      | (1.959.551,28)                                   | (2.053.612,83)        | <b>Resultado Operacional</b>  | <b>(1.141.437,07)</b>  | <b>130.279,15</b>      |
| Participações em Outras Empresas          | 16.000,00            | 20.825,98            | Lucros/Prejuízos Ex. Atual  | (1.141.437,07)                                   | 94.061,55             | <b>Lucro/(Prej.) antes do I. Renda</b>                              | <b>(1.141.437,07)</b>  | <b>130.279,15</b>      |
| <b>Imobilizado</b>                        | <b>5.973.854,33</b>  | <b>5.988.691,91</b>  | <b>Total Passivo</b>  | <b>18.331.194,70</b>                             | <b>18.189.406,40</b>  | (-) Provisão p/ I.R.P.J.  | -                      | (19.541,87)            |
| Terrenos                                  | 149.553,42           | 149.553,42           | <b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais</b> |  |                       | (-) Provisão p/ C.S.L.L   | -                      | (11.725,12)            |
| Constr. Cív. Prédios                      | 68.607,21            | 68.607,21            | Capital Res. Legal  | 14.000.000,00                                    | 16.303,08             | <b>Lucro Líquido</b>  | <b>(1.141.437,07)</b>  | <b>99.012,16</b>       |
| Máquinas, Móveis e Utensílios             | 7.054.679,34         | 6.885.701,66         | Prej.Acum.  | -  | (2.001.374,10)        | <b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Em Reais</b> |                        |                        |
| Depreciações                              | (1.298.985,64)       | (1.115.170,38)       | Total   | 14.000.000,00                                    | 12.014.928,98         | <b>Origens</b>  | <b>325.004,07</b>      | <b>768.823,60</b>      |
| <b>Diferido</b>                           | <b>1.955.365,30</b>  | <b>2.514.037,30</b>  | Aj. Exer. Anteriores  | -  | (52.238,73)           | Lucro/Prejuízo do Exercício   | (1.141.437,07)         | 99.012,16              |
| Diferido a Realizar                       | 1.955.365,30         | 2.514.037,30         | Lucro do Exerc.   | -  | 99.012,16             | Depreciações  | 183.815,26             | 174.602,76             |
| <b>Total Ativo</b>                        | <b>18.331.194,70</b> | <b>18.189.406,40</b> | Constituição de Res.  | 4.950,61   | (4.950,61)            | Amortização Diferido  | 558.672,00             | 558.672,00             |
|   |                      |                      | <b>Saldo 31.12.05</b>   | <b>14.000.000,00</b>                             | <b>21.253,69</b>      | Aumento(Diminuição) Exigível Longo Prazo                            | 723.953,88             | (63.463,32)            |
|   |                      |                      | Prej. do Exerc.   | -  | (1.141.437,07)        | <b>Aplicações</b>   | <b>170.386,86</b>      | <b>493.958,07</b>      |
|   |                      |                      | <b>Saldo 31.12.06</b>   | <b>14.000.000,00</b>                             | <b>21.253,69</b>      | Ajustes Exer. Anteriores  | -                      | 52.238,73              |
|   |                      |                      |   |  |                       | Aumento do Realiz. Longo Prazo                                      | 6.235,16               | 3.251,36               |
|   |                      |                      |   |  |                       | Aquisição de Imobilizado  | 168.977,68             | 238.467,98             |
|   |                      |                      |   |  |                       | Aquisição de Investimento   | (4.825,98)             | 200.000,00             |
|   |                      |                      |   |  |                       | <b>Origens - Aplicações</b>   | <b>154.617,21</b>      | <b>274.865,53</b>      |
|   |                      |                      |   |  |                       | Aumento/Dim. Ativo Circulante                                       | 713.888,70             | (800.267,34)           |
|   |                      |                      |   |  |                       | Aumento/Dim. Passivo Circulante                                     | 559.271,49             | (525.401,81)           |
|   |                      |                      |   |  |                       | <b>Variação do Capital Circ. Líquido</b>                            | <b>154.617,21</b>      | <b>(274.865,53)</b>    |

**Notas Explicativas - Em Reais**  
**Contexto Operacional:** O Instituto de Especialidades Pediátricas de São Paulo S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo o atendimento médico hospitalar, prestando estes serviços aos beneficiários dos planos de saúde, convênios e particulares. **1. Principais Práticas Contábeis:** a) **Apresentação das Contas:** No Ativo e Passivo Circulante estão classificados os valores realizáveis e exigíveis durante o próximo exercício. b) **Estoques:** São avaliados ao custo médio, inferior aos valores de mercado. c) **Imobilizado:** É demonstrado ao custo mais correção monetária e as depreciações pelo método linear às taxas máximas permitidas pela legislação em vigor. d) **Folha de Pagamento:** e as provisões de 13º salário e férias estão atualizados até a data deste Balanço contemplando todos os encargos relativos. e) **Receita Bruta:** estão incluídos os honorários médicos. **2. Capital Social:** O Capital Soci-

al, totalmente integralizado é de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) sendo 14.000.000 (quatorze milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal **3. Seguros:** Os bens da Sociedade estão segurados, através das apólices da Mafre Vera Cruz Seguradora S/A., conforme discriminamos a seguir:  
**Objeto**  
Incêndio / Raio / Explosão / Impl. .... 28.000.000,00  
Recomposição de Documentos ..... 4.000,00  
Impacto Veículos / Queda Aeronaves ..... 2.800.000,00  
Danos Elétricos ..... 500.000,00  
Vendaval ..... 200.000,00  
Roubo e Furtos de Bens ..... 30.000,00  
Quebra de Vidros ..... 10.000,00

**Cícero Aurélio Sinisgalli** - Diretor Presidente  
**João Valério de Souza** - TC CRC 1SP 028524/O-7

## MASTER PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ Nº. 07.868.194/0001-90

### Relatório da Administração

A Diretoria da Master Participações S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração referente ao exercício encerrado em 31.12.2006, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista, bem como a administração de bens próprios. Em 30.06.2006, a Companhia tornou-se detentora de 40.832 ações da Master Publicidade S.A. (CNPJ/MF nº 04.513.101/0001-17) em razão da integralização de ações subscritas pela ALF-Administração de Bens e Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 81.211.997/0001-20). Os resultados da Companhia estão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras e foram adequadamente contabilizados. Conforme as demonstrações financeiras, a Companhia apresentou prejuízo para o exercício encerrado em 31.12.2006. São Paulo, 16 de abril de 2007. **A Diretoria**

| Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006 (em reais) |                     |   |                     | Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 (em reais)                                |                     |             |      |
|--|---------------------|---|---------------------|--|---------------------|-------------|------|
|  | 2006                |   | 2006                |  | 2006                |             | 2006 |
| <b>Ativo</b>   |                     | <b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>   |                     | <b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>  |                     |             |      |
| <b>Circulante</b>  |                     | <b>Exigível a Longo Prazo</b>   |                     | Equivalência patrimonial   | (352.198,84)        |             |      |
| Caixa  | 100,00              | Debêntures a pagar  | 1.211.841,00        |  | (352.198,84)        |             |      |
| Total do circulante  | 100,00              | Total do exigível a longo prazo   | 1.211.841,00        | <b>Resultado Operacional</b>   | (352.198,84)        |             |      |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                                    |                     | <b>Patrimônio Líquido</b>   |                     | <b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e CS</b>   | (352.198,84)        |             |      |
| Partes relacionadas  | 1.211.841,00        | Capital Social  | 1.135.881,00        | <b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>   | <b>(352.198,84)</b> |             |      |
| Total do realizável a longo prazo                                  | 1.211.841,00        | Resultados acumulados   | (352.198,84)        | <b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 (em reais)</b> |                     |             |      |
| <b>Permanente</b>  |                     | Total do Patrimônio Líquido   | 783.682,16          | <b>Origens de Recursos</b>   |                     | <b>2006</b> |      |
| Investimentos  | 783.582,16          | <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>  | <b>1.995.523,16</b> | <b>Das operações:</b>  |                     |             |      |
| Total do permanente  | 783.582,16          | para liquidação. b) <b>Investimentos:</b> refere-se à participação societária, e avaliado pelo método de equivalência patrimonial. c) <b>Debêntures:</b> Estão registradas pelo valor devido na data do balanço, sem acréscimo de atualização monetária conforme condições estabelecidas na emissão.  |                     | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício  | (352.198,84)        |             |      |
| <b>Total do Ativo</b>  | <b>1.995.523,16</b> | <b>Nota 03. Investimentos</b>   |                     | Itens que não afetam o capital circulante líquido:   |                     |             |      |
|  |                     | O saldo em 31/12/2006 está composto como segue:   |                     | Equivalência patrimonial   | 352.198,84          |             |      |
|  |                     | PL da Master Publicidade S/A ..... 3.484.861,99   |                     | <b>De terceiros:</b>   |                     |             |      |
|  |                     | Adiant. para futuro aumento de capital (a) ..... (1.852.399,71)   |                     | Emissão de debêntures  | 1.211.841,00        |             |      |
|  |                     | Base de cálculo ..... 1.632.462,82  |                     | <b>De acionistas:</b>  |                     |             |      |
|  |                     | Participação societária ..... 48,00%  |                     | Integralização de capital  | 1.135.881,00        |             |      |
|  |                     | Saldo contábil do investimento ..... 783.582,16   |                     | Total das Origens  | <b>2.347.722,00</b> |             |      |
|  |                     | (a) Adiantamento efetuado na Master Publicidade S/A por outro acionista, para futuro aumento de capital, sem prazo estabelecido para integralização.  |                     | <b>Aplicações de Recursos</b>  |                     |             |      |
|  |                     | <b>Nota 04. Debêntures:</b> Em 30/06/2006, a Companhia emitiu 1.211.841 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando assim R\$ 1.211.841,00. O prazo é de 2 anos com vencimento em 30/06/2008, e poderão ser convertidas em ações ordinárias na proporção de uma debênture por ação. <b>Nota 05. Patrimônio Líquido:</b> a) <b>Capital Social:</b> O capital social subscrito e integralizado é representado por 1.135.881 ações ordinárias nominativas. b) <b>Reserva Legal:</b> Com base na Lei 6.404/76, que rege as S/As, não foi constituída reserva legal em decorrência do prejuízo apresentado no exercício. |                     | Aquisição de participação societária   | 1.135.781,00        |             |      |
|  |                     |   |                     | Transações com partes relacionadas   | 1.211.841,00        |             |      |
|  |                     |   |                     | Total das aplicações   | <b>2.347.622,00</b> |             |      |
|  |                     |   |                     | <b>Aumento do Capital Circulante Líquido</b>   | <b>100,00</b>       |             |      |
|  |                     |   |                     | <b>Representados por:</b>  |                     |             |      |
|  |                     |   |                     | <b>Ativo circulante:</b> No fim do exercício   | 100,00              |             |      |
|  |                     |   |                     | Aumento  | 100,00              |             |      |
|  |                     |   |                     | <b>Aumento do Capital Circulante Líquido</b>   | <b>100,00</b>       |             |      |
|  |                     |   |                     | <b>Antonio Luiz de Freitas</b> ..... Diretor   |                     |             |      |
|  |                     |   |                     | <b>Wesley Lucio C. de Melo</b> ..... Contador CRC/SP 217277/O-1  |                     |             |      |